- 1º de Maio -

130 anos de avanços, unidade e luta (1886-2016)

O BRASIL QUE QUEREMOS Crescimento econômico e geração de empregos

O impasse institucional e o agravamento do cenário político que assolam o Brasil se desdobram em uma grave crise econômica e política. A inflação, juros estratosféricos, fechamento de milhares de fábricas e lojas do comércio, queda na renda, no poder de compra dos trabalhadores e o crescente desemprego travam todos e os setores produtivos.

Os brasileiros – principalmente os menos favorecidos economicamente – estão cansados do desajuste da economia. Nós, trabalhadores, destacamos a necessidade da imediata retomada do crescimento econômico, da geração de emprego, de renda e da preservação e ampliação dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais.

Os trabalhadores anseiam por melhores condições na saúde, na educação, na segurança, de emprego e transporte, por um basta na corrupção e no uso indevido do dinheiro público, pelo fortalecimento das negociações coletivas e do financiamento da atividade sindical, com foco na organização e na representatividade.

O País que todos almejam será o resultado da discussão de uma ampla agenda. Um governo com uma agenda voltada para o desenvolvimento e para o crescimento econômico, para a distribuição de renda. O Brasil que queremos é resultado da seguinte agenda:

- Implantação urgente de uma política de desenvolvimento nacional;
- Mudanças e redirecionamento da política econômica;
- Retomada, ampliação e adoção de políticas de geração de empregos, renda e direitos sociais;
- Correção da tabela do Imposto de Renda;
- Renegociação da dívida interna;
- Fortalecimento e retomada do protagonismo histórico do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Criação de condições para o aumento da produção e da exportação;
- Juros menores, voltados ao consumo e aos investimentos no comércio e na indústria;
- Desenvolvimento de uma política que fortaleça a indústria nacional e reconstrua nosso parque industrial, voltada principalmente para os setores de infraestrutura, petróleo, construção civil e pesada;
- Renovação da frota automotiva (caminhões, carros, ônibus, tratores e duas rodas);
- Inclusão de representantes do capital e do trabalho no Comitê de Política Econômica do Banco Central;
- Maior participação, de forma tripartite, nos Conselhos Representativos da esfera federal;
- Manutenção e ampliação dos programas voltados para a diminuição das desigualdades sociais;
- Fortalecimento da política de valorização do salário mínimo como forma de distribuir renda;
- Política de valorização e melhorias nos benefícios para os aposentados e pensionistas;
- Não à retirada de direitos na Reforma da Previdência;
- Mais investimentos em saúde, educação e transporte;
- Desenvolvimento de uma política de valorização dos servidores públicos;
- · Reforma agrária.

Antonio Neto - presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)
Paulo Pereira da Silva (Paulinho) - presidente da Força Sindical
José Calixto Ramos - presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)
Ricardo Patah - presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)







